



OS ESTIGMAS RELIGIOSOS LANÇADOS À LEPRA E AOS LEPROSOS

Roseli Martins Tristão Maciel*

Introdução

A história do caminho percorrido pela lepra e os leprosos constitui um objeto privilegiado de estudo para conhecermos os impactos que essa doença causou nas várias sociedades no decorrer da história. O período abrangido neste estudo é o da Antiguidade, da Idade Média e o século XIX. Não nos ocuparemos do período denominado de época Moderna, pelo fato de que, desde os fins do século XIV até os finais do XVIII, a lepra quase que desapareceu da Europa Ocidental, reaparecendo somente no século XIX.

O que motivou a realização deste texto foi justamente o desejo de dar voz aos denominados "párias" sociais, que, na presente análise, são os leprosos, colaborando para sua inclusão nos movimentos plurais da história. É na perspectiva da História Social que a presente proposta encontra as categorias de análise apropriadas para evidenciar as práticas discriminatórias impostas aos leprosos.

A História Social busca dar visibilidade aos excluídos da história oficial, atentando para as diferentes formas de suas experiências, historicamente construídas, oportunizando ao historiador, enquanto estudioso e sujeito envolvido com os problemas sociais, realizar denúncias e promover a crítica às desigualdades e injustiças várias às quais estão submetidos aqueles que foram alijados dos poderes político, econômico e social ao longo da trajetória histórica percorrida pela humanidade.

Sendo assim, nossa intenção aqui é resgatar alguns elementos que compõem a História dos leprosos, a fim de desnaturalizar os construtos e imagens que tanto lhes

* Professora da Universidade Estadual de Goiás. Doutoranda em Políticas Públicas: Estratégias e Desenvolvimento pela UFRJ e UEG (Doutorado Interinstitucional). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).



estigmatizaram e que, de certo modo, ainda permanecem alcançando os que são portadores do bacilo de *Hansen*. Estigmas, tais como “impuros”, “sujos”, “contagiosos”, “pecadores” que acompanham a moléstia e seus portadores, desde os tempos bíblicos. A importância de trazer à luz uma das facetas dessa história encontra-se no fato de que os estigmas religiosos, que serviram como argumentos basilares para justificar a prática de isolamento dos enfermos da lepra no mundo judaico-cristão e medieval, ainda permanecem, de certa forma, atingindo os leprosos nos dias de hoje.

A temática “doença” vem transformando-se em objeto de investigação por parte de vários estudiosos das Ciências Humanas. Com isto, a história da lepra está, cada vez mais, sendo investigada na tentativa de trazer à tona aspectos de sua realidade histórica que, por várias razões, encontram-se obscurecidas. Em outras palavras, os estudos sobre a lepra contemplam, atualmente, muito mais do que prefigura o campo histórico da esfera biológica e desenvolvem-se no sentido de explicitar e tornar evidentes outros males que acometeram seus portadores, os quais extrapolaram, muito além, a realidade física da moléstia. Nesse contexto, a história recente da lepra vem abrindo vasto campo de indagações e contradizendo as versões históricas oficiais, as quais foram construídas e difundidas pelas instituições religiosas e científicas ao longo da história e que, até bem pouco tempo, eram as únicas conhecidas pelo público leigo.

A hipótese que originou este estudo foi a de que várias religiões de matriz judaico-cristã, bem como as de origem asiática, como, por exemplo, o hinduísmo, não apenas construíram como também difundiram vários preceitos e determinações estigmatizantes voltados à lepra e aos leprosos, no decorrer da história das mais diferentes sociedades dos mundos Oriental e Ocidental. E ainda, que os estigmas foram, em grande parte, incorporados pelas ciências do século XIX, quando a lepra reaparece na Europa, colaborando para a permanência de práticas excludentes direcionadas aos leprosos e a seus descendentes.

As várias instituições religiosas do Ocidente e Oriente, desde a Antiguidade mais remota até o final da Idade Média e posteriormente, no século XIX, através de seus dogmas introduziram todo um conjunto de práticas de isolamento impostas aos



leprosos. Essas prevaleceram mesmo após a descoberta da forma de transmissão da doença, em finais do século XIX, bem como do tratamento e cura da doença, através das sulfonas, na década de 1940.

As respostas foram buscadas, primeiramente, nas teorizações e formalizações religiosas fundamentadas nos livros considerados como sagrados e em bibliografia especializada na temática.

Pecado, impureza, castigo e a lepra na Antiguidade e na Idade Média

A lepra é doença que, ao longo dos séculos, teve denominações várias como: morféia, elefantíase, mal de São Lázaro, dentre outras. É importante mencionar que, segundo a maioria dos estudiosos do assunto, a doença denominada “lepra” permaneceu, até o século XIV, confundida com outras doenças de pele que acometiam a população e não poderiam ser identificadas com rigor, assim como a sífilis, o câncer de pele, escarlatina e o *lupus*.

Na perspectiva da religião judaica da Antiguidade, a lepra e várias outras doenças eram consideradas como fenômenos que compunham o mundo maniqueísta, qual seja do dualismo, da permanente luta entre o bem e o mal, entre o pecado e a pureza. Portanto, a própria palavra *lepra* tinha/tem, conotação moral carregada de negatividade. A crença difundida pelas religiões, na Antiguidade e na Idade Média, era de que a lepra era decorrente de infrações às leis sociais estabelecidas e inscritas nos códices religiosos, especificamente as leis relacionadas à sexualidade.

Todo tipo de violação à lei, acima citada, acrescentava ao infrator o estigma de impureza. Por se tratarem de pecados sexuais, transformavam o pecador em proscrito perante a comunidade. Segundo os dogmas da religião hebraica antiga, doenças como a lepra, nada mais eram que um castigo divino. O seu portador era percebido como alguém que teria praticado atos sexuais ilícitos, tais como, sodomia – fossem elas com o sexo oposto ou em relações homossexuais –, sexo com animais, relações sexuais durante a menstruação. Todas estas consideradas pelos judeus como sendo práticas



sexuais ilícitas, perante Deus e a natureza. Sendo assim, o leproso trazia consigo os estigmas da impureza, imundície e pecado. A lepra, ela própria, era a comprovação do pecado, uma vez que, manifestada, o castigo divino fora aplicado. Tais noções de pecado, castigo e impureza, é importante destacar, estão diretamente relacionadas ao dogma do pecado original. É na própria Gênese (conforme o primeiro livro da *Bíblia*) que se encontra a fonte dos estigmas aos leprosos e as associações entre lepra e depravação sexual.

Nos livros sagrados dos hebreus, a *Torá*, *Neviim* e os *Ketuvim* encontram-se estas argumentações transcendentais do judaísmo para explicar as “origens” e “causas” da lepra e as justificativas da necessidade de isolamento de seus portadores, do restante da comunidade saudável: “Todos os dias em que praga houver nele, será imundo; imundo está, habitará só; a sua habitação será fora do arraial” (Levítico, 13:4).

Os termos religiosos pecado, castigo, impureza, constantes nos livros sagrados, estão diretamente relacionados às impurezas física e moral e são palavras referenciais para designar os leprosos, aparecem nos antigos livros sagrados dos hebreus pela designação de “*tsara’ath*”¹, palavra de origem aramaica. O significado desta palavra era degradação moral, remetia à idéia de castigo divino e era aplicada genericamente para denominar as mais diferentes e variadas alterações da pele e do couro cabeludo, sintomas que poderiam corresponder hoje às várias doenças dermatológicas.

Na Antiguidade hebráica, os portadores de qualquer manifestação dermatológica que apresentasse sintomas ou aspectos semelhantes à lepra eram declarados “*imundus*” pelo sacerdote e expulsos para “fora do acampamento” e suas roupas e paredes com “*tsara’ath*” eram queimadas ou destruídas, carregando-se as pedras e restos de sua habitação para um “lugar imundo” (Rotberg, 1975, p. 295).

Autores como Françoise Bénéjac (1994) e Stanley G. Brown (2003) afirmam que a doença descrita na Bíblia como lepra não é a que hoje é conhecida como hanseníase. O argumento desses autores é que na Antiguidade hebráica qualquer doença dermatológica, bem como manchas em objetos, eram denominados lepra. Outros

¹A palavra *tsara’ath* quer dizer: “golpeado por Deus” (Brown, 2003).



autores discordam do que foi acima citado, pelo fato de que se todas afecções de pele ou manchas em objetos fossem considerados *imundus*, logicamente a grande maioria dos utensílios e das pessoas deveria ser expulsa da comunidade, o que não está registrado na história. Outrossim, havia todo um processo de observação por parte do sacerdote, que também exercia as funções de médico ou curandeiro, para identificar e diagnosticar a doença antes que fosse constatada e definida sua especificidade. Isto pode ser constatado em um dos livros sagrados dos hebreus:

E o sacerdote examinará, e eis que, se ela aparece mais funda que a pele, ou seu pêlo se tornou branco, o sacerdote o declarará por imundo; é praga da lepra que brotou da pústula. E o sacerdote vendo-a, e eis que nela não houver pêlo branco, nem estiver mais funda do que a pele, mas encolhida, então o sacerdote o declarará por imundo; praga é. Mas se a mancha parar no seu lugar, não se estendendo, inflamação da pústula é; o sacerdote, pois, o declarará por limpo (Levítico, 13:20-23).

O diagnóstico era dado somente após uma anamnese realizada por pessoa “qualificada” – o sacerdote – segundo as possibilidades existentes na época, obviamente rudimentares, limitadas e imprecisas, mas que consistiam no exame de evidências para impedir que as pessoas fossem proscritas da sociedade de maneira indiscriminada, por apresentarem quaisquer mancha ou chaga na pele. Corroboramos esta interpretação através de outra passagem do mesmo livro, qual seja:

E, quando homem ou mulher tiver manchas lustrosas brancas na pele da sua carne, então o sacerdote olhará, e eis que, se na pele da sua carne aparecem manchas lustrosas e escurecidas, é impigem que floresceu na pele, limpo está. E, quando os cabelos do homem caírem da cabeça, calvo é, mas limpo está. E, se lhe caírem os cabelos na frente da cabeça, meio calvo é; mas limpo está. Porém, se calva, ou na meia calva, houver praga branca avermelhada, é lepra, florescendo na sua calva ou na sua meia calva. Havendo, pois, o sacerdote examinado, e eis que, se a inchação da praga, na sua calva ou meia calva, está branca, tirando a vermelho, como parece a lepra na pele da carne, leproso é aquele homem, imundo está; o sacerdote o declarará totalmente imundo, na sua cabeça tem a praga. Também as vestes do leproso, em quem está a praga, serão rasgadas, e a sua cabeça será descoberta, e cobrirá o lábio superior, e clamará: Imundo, imundo. Todos os dias em que a praga houver nele, será imundo; imundo está, habitará só; a sua habitação será fora do arraial (Levítico, 13:38-46).



No *Antigo Testamento* – Levítico – são dedicados dois capítulos inteiros à lepra, nos quais estão as indicações sobre o diagnóstico da moléstia, os cuidados a serem tomados e as prescrições para o isolamento dos leprosos. Sendo assim, no mundo judaico e, posteriormente também cristão, cabia aos sacerdotes a missão de diagnosticar e “tratar” o doente, visto que o seu mal estava relacionado a uma fraqueza oriunda de pecados, a qual deveria ser combatida através de sacrifícios, purificações e rituais que incluíam, desde a queima de objetos pessoais até o contato do doente com o que se julgava puro, assim como um pássaro, a manjerona, a água ou a madeira de cedro (Chuoraqui, 1978). Terminando, por fim, quando o resultado do tratamento não surtisse o efeito esperado, no isolamento do pecador/doente.

A interpretação judaica fez com que os leprosos fossem alvo de temor, não apenas em razão das mazelas biológicas próprias da moléstia, à época sem tratamento eficaz e sem possibilidades de cura, mas, principalmente, pelo medo das consequências que adviriam do “contato” com o pecador impuro, o que é bastante compreensível em uma sociedade onde a razão é submetida ao totalitarismo dos dogmas e que considerava mais importante salvar a alma que o corpo.

No século III antes de Cristo, por iniciativa de Ptolomeu II, a *Torá*, os *Neviim* e os *Ketuvim*, livros sagrados hebraicos, foram traduzidos para o grego e transformaram-se na *Bíblia* ou Velho Testamento. Os 72 “doutores da lei”, ou seja, os líderes religiosos judeus encarregados de executar essa missão optaram por utilizar a palavra “lepra”, de origem grega, em substituição ao termo “*tsara’ath*”, para denominar a doença hoje conhecida como hanseníase.²

A palavra lepra é de origem grega – *lepein* – e significa descamar, esfoliar e, no período helênico, tinha para os gregos a conotação de “impureza” ou “desonra”. É importante deixar claro que, embora na tradução grega a palavra *tsara’há* tenha sido substituída pela palavra lepra, não significa que as sociedades gregas não conhecessem a enfermidade. Ao contrário, os gregos e outros povos mediterrâneos, há muito eram

² O termo Hanseníase se tornou oficial no Brasil em 1995, a partir da lei nº 9.020, de 23 de março de 1995.



conhedores da moléstia, porém, a denominação que lhe atribuíam era “*elephantíasis*”. Na Alexandria, no século IV a. C., no mais famoso centro de estudos de medicina da época Antiga, já se estudava a “*elephantíasis*” (*apud* Cunha, 2002, p. 2).

A razão, ao certo, pela qual a versão grega mudou a nomenclatura da moléstia, não nos foi possível descobrir nas investigações que fizemos. Tudo indica que tenha sido pelo fato de que a palavra *elefantíase* devia-se às deformidades causadas pela doença e os inchaços que provocava nos portadores, dando-lhes aspectos semelhantes ao do animal, elefante, não tinham conotação de impureza ou imundície.

Araetus, da Capadócia (77 d. C.), e Galeno (130 d. C.) fizeram referências sobre a doença. Este último, em seu trabalho *Terapêuticas de afecções crônicas*, designa a hanseníase como *Elephas* ou Elefantíase e diz que: “Há muitas coisas em comum quanto à forma, cor, tamanho e modo de vida entre a afecção *Elephas* e a besta selvagem o elefante e nem a afecção lembra qualquer outra afecção nem o animal qualquer outro animal” (*op. cit.*).

Alguns autores defendem que a lepra foi introduzida no Ocidente somente no século I a.C.: “a partir dos seus antigos focos no Oriente Próximo, a lepra atinge a Europa por intermédio das tropas romanas que retornam do Egito no ano 61 a.C.” (Beniác, *op. cit.*, p. 127-128). Plínio, o Velho, afirma que a lepra fora levada à Europa pelo exército de Pompeu, quando retornava da campanha do Egito em 62 ou 61 a.C., época em que a doença já havia sido identificada na Itália (Browne, 2003, p. 37). Porém, é evidente que o mundo ocidental conhecia a doença. Desde época bem anterior, Hipócrates (400 a. C.) se refere à lepra descrevendo a doença com todas suas características e a denomina de “a doença fenícia” (*apud* Browne, *op. cit.*, p. 16). O termo lepra foi conservado sem alteração na tradução latina da Bíblia, denominada “*Vulgata*”, nome derivado da frase *versio vulgata* (“versão dos vulgares”), porque a tradução foi realizada em latim popular.³

³ A tradução latina da Bíblia foi feita por São Jerônimo, em meados do século IV d. C., propagando-se, assim, por todo o Império Romano e pelo novo e crescente mundo cristão.



Na Antiguidade, diferentes religiões do mundo asiático apresentam em seus preceitos noções estigmatizantes em relação à lepra e aos leprosos, de maneira bastante similar aos estabelecidos pela religião dos hebreus. Na Índia, as primeiras referências à lepra aparecem no *Susruta Samhita*, que menciona o conhecimento e tratamento da doença com o óleo de *chaulmoogra*. A obra, que, provavelmente, é o resumo das tradições orais mais antigas, identifica tanto sinais cutâneos quanto neurológicos e foi escrita no século VI a. C. (Lowe *apud* Browne, *op. cit.*, p. 35). A lepra era considerada como deslize moral, imundície e estava relacionada a tudo que o merecesse desprezo. Cabe lembrar que nas religiões asiáticas da Antiguidade não havia separação entre medicina e religião, característica que, por sinal, está muito presente ainda hoje nessas culturas.

Na China e no Japão, os registros sobre a lepra datam de época posterior à da Índia. Segundo Veith (*apud* Browne, *idem*), a história da lepra no Japão apresenta paralelos interessantes com a história bíblica sobre a lepra, tais como: “a imprecisão, as implicações não clínicas, o medo excessivo”. Outrossim, chama a atenção para o fato de que as descrições mais antigas da lepra na Índia e na China são surpreendentemente precisas e completas, demonstrando observação atenta e um registro inteligente. As regiões que foram colonizadas pela China sofreram sua influência em relação às formas de tratamento e diagnóstico da lepra (Tronca, 2002). Na China, também, acreditava-se que a lepra ocorria como punição em decorrência de depravação sexual e que só seria possível dela se livrar deflorando uma virgem ou “vendendo-a” a tantas pessoas quanto possível (Skinsnes *apud* Browne, *op. cit.*, p. 40). O medo do contágio era tanto que muitas pessoas eram queimadas vivas (*idem*).

No período de surgimento do cristianismo e do *Novo Testamento*, a lepra e seus portadores passaram a ser referenciados de maneira diferente do que fora até então. Em relação a isto, são elucidativas as passagens dos evangelistas (Mateus, 8:2-4, 10:1-15, 11:5; Marcos, 1:40-45; Lucas, 4:17, 5:12-15, 7:22, 17:11-19), mencionando a cura de leprosos por Jesus, expressão dos ideais de piedade e compaixão para com os sofredores, pobres e doentes de toda ordem que iriam compor a moral cristã.

Merece destaque o fato de que nos evangelhos dos apóstolos a cura dos leprosos não é denominada por este nome, ou seja, no lugar desta, aparece a palavra



“purificação”. Ao enviar os doze discípulos, Jesus deu-lhes a ordem de “purificar os leprosos” (Mateus, 10:18). Segundo a crença disseminada entre os judeus, à época, aguardava-se a vinda do Messias para erradicação total da lepra. “Os dez leprosos foram purificados” (Lucas, 17:11-19). Infelizmente, isto não significou o fim das práticas discriminatórias e excludentes direcionadas aos leprosos, tampouco que as mesmas sofressem alterações no mundo cristão. Os estigmas sobre a lepra e sobre os leprosos, já culturalmente enraizados nas sociedades hebraica e romana, não desapareceram com a mudança do enfoque religioso que lhes fora conferido. Da *Bíblia*, o *Novo Testamento* manteve as noções de pecado, castigo e impureza já mencionadas.

A Igreja Católica deu continuidade à exclusão e isolamento dos leprosos, legitimando essas práticas, através do Concílio de Ancyra em 314 e no Concílio de Lyon em 583, ao determinar que os leprosos deveriam ser compulsoriamente isolados das áreas de convivência da sociedade. Tornou proibido qualquer contato entre pessoas contaminadas e pessoas sãs. Em várias regiões da Europa Ocidental e do Império Bizantino, não apenas essas exigências foram colocadas em prática, como também elaboraram códigos emblemáticos capazes de identificar os leprosos. Era comum que esses vestissem um hábito específico que os caracterizassem e que carregassem consigo sinos ou um instrumento chamado de matraca, os quais deveriam ser manipulados pelos doentes, quando avistassem qualquer pessoa próxima de si.

É necessário enfatizar que no período medieval do Ocidente, não apenas os leprosos eram expulsos de suas residências como ainda eram obrigados a participar de um ritual conduzido pelos clérigos em ofícios religiosos, o qual significava a morte do indivíduo a partir daquele instante. A liturgia era tão bem enfatizada, no sentido de representar a morte do leproso que, ao seu final, era-lhe derramada terra sobre a cabeça (Fornazari e Mattos, 2005, p. 49). Não se tratava de uma simples representação, mas de realidade de fato, pois desde aquele momento, o leproso tornava-se definitivamente morto para sua família e sociedade.

A Igreja Católica, encarregou-se de dar “o castigo aos pecadores”, enquanto estivessem ainda sobre a Terra. O que pode ser ilustrado pelas determinações surgidas



no II Concílio de Latrão, de 1179, quando o isolamento dos leprosos passou a ser mais intenso e os doentes deveriam ser identificados para poderem transitar, eventualmente, pelas ruas da cidade. Segundo Le Goff, “O II Concílio de Latrão, de 1179, autorizando a construção de capelas e cemitérios no interior das leprosarias, contribuiu para fazer delas outros tantos mundos fechados, de onde os gafos só podiam sair agitando matracas para que as pessoas deles se afastassem...” (Le Goff, 1984). Chegavam até ao ponto de realizar missas fúnebres de corpo presente aos leprosos, antes deles serem encaminhados aos leprosários. O catolicismo medieval também aplicava a frase *leprosi ianimi* (“alma leprosa”) a pessoas consideradas doentes de lepra porque, para os dogmas católicos, os leprosos eram impuros de alma por terem pecado contra Deus e, por isso, eram impedidos de assistirem à missa. “Os acometidos da hanseníase eram excluídos do povoado e da igreja” (Browne, *op. cit.*, p. 54).

Durante todo o período medieval, no Ocidente, aquelas propostas e imposições da Igreja Católica para o controle da vida dos leprosos foram seguidas rigorosamente, salvo excessões de algumas ordens religiosas com características bastante piedosas, como, por exemplo, a Ordem de São Bento em seus primórdios e a dos Franciscanos, que acolhiam os leprosos. Porém, essas ressalvas não serão aqui abordadas por fugirem ao foco central do presente estudo. De um modo geral, o doente, naquela época, era considerado como um pecador e, segundo Schmitt (1993), uma concepção corrente do período era: “a lepra também é a prova corporal do pecado: a corrupção da carne manifesta a da alma” (p. 268). Como era pecador, era perigoso, sendo assim, deveria ser isolado de seu meio natural.

Desde a Alta Idade Média, os desvalidos, como enfermos, estropiados, miseráveis eram acolhidos em asilos, que à época eram denominados albergais ou hospedarias situadas nas rotas de peregrinos, até o século XI. Dentre os objetivos da Igreja Católica em fundar essas instituições, destaca-se a tarefa de purificar as cidades dos elementos impuros que colocavam em risco as cidades, entre os quais encontravam-se os leprosos. Purificar, nesse contexto, significava isolar do convívio social aqueles que apresentavam qualquer tipo de ameaça aos cidadãos.



A Igreja Católica no Ocidente europeu medieval foi a instituição que mais contribuiu para o acolhimento dos “pecadores” leprosos, através da construção de abrigos e leprosários. É necessário enfatizar que a Igreja era, no período, a principal instituição organizadora do mundo medieval. Era ela que dominava toda a sociedade em seus aspectos mais variados, não apenas espiritual como também econômico e político. Portanto, sendo a grande centralizadora da estrutura social vigente, caberia a ela encontrar soluções que viabilizassem seus preceitos, o que realmente ocorreu em relação aos leprosos. É comum encontrar nos documentos religiosos referências aos serviços humanitários prestados, tais como os asilos, os abrigos de infelizes, sem indicar uma referência mais precisa com a medicina, mas com a caridade. A prática de isolamento dos leprosos, como já foi mencionada, já existia desde a mais remota Antiguidade, entretanto, a iniciativa de isolar os leprosos da vida social na Europa da Idade Média partiu da Igreja Católica. Bem como, a iniciativa de construir e manter os ambientes que concretizaram suas próprias determinações. Portanto, a benemerência da Igreja tornara-lhe inseparável dos espaços medievais destinados ao abrigo dos leprosos. Os leprosários sobreviviam com doações e esmolas fixas de entidades e de pessoas.

Com o intuito de “purificar” os espaços citadinos medievais, a Igreja também, construiu o primeiro leprosário da Europa, foi erigido em Sant Oyen (hoje Sant Claude), na França, no ano de 460 d. C. Somente na metade do século VII é que foram construídos outros dois, um em Metz na atual Alemanha e outro em Verdum, na França. Tratavam-se de edificações que poderiam abrigar, no máximo, doze pessoas, construídas do lado de fora dos muros das cidades e acompanhadas de uma capela e um cemitério. Segundo Mollat (1989), em meados do século XIII, existiam dezenove mil leprosários em todo o mundo cristão do ocidente. Não havia um povoado que não possuísse um, e nas cercanias das grandes cidades eles eram numerosos.

Ao contrário do mundo medieval ocidental, no Oriente Islâmico, cuja religião é derivada da matriz judaico-cristã, a situação dos leprosos difere-se bastante. Analisando a obra de Diana Obregón Torres, a estudiosa Laurinda Rosa Maciel chama a atenção



para uma observação feita por aquela autora em relação aos estigmas religiosos em torno da lepra, qual seja:

... D. Obregón afirma existir uma associação acentuada entre o estigma criado e a cultura judaico-cristã, que vê os leprosos como herdeiros do estigma bíblico. Segundo ela, não se encontram registros nas culturas muçulmanas que induzam a essa visão e nem a uma segregação obrigatória às vítimas da doença (Maciel, 2004, p. 190).

A análise do Corão não revelou referência alguma à lepra ou a quaisquer outras doenças, como estando relacionadas ao pecado ou à impureza. Procedemos a uma investigação minuciosa, principalmente dos versículos que tratam da pureza, impureza, ablução, pecado, castigo, ao sangue e às enfermidades. As únicas citações em que aparecem a palavra lepra é referente a Jesus, como:

30. O Suhaib (R) relatou que o Mensageiro de Deus (S) disse: "O jovem começou a curar as pessoas que sofriam de cegueira congênita, de lepra, e de outras enfermidades. A notícia chegou aos ouvidos de um cortesão do rei que havia ficado cego. Ele foi ter com o jovem, levando muitos presentes, e disse: 'Tudo isto será teu, se me curas!' O jovem lhe disse: 'Eu não curo ninguém; é tão somente Deus que concede a cura. Se declarardes a vossa fé em Deus, eu orarei por vós, e Ele vos concederá a saúde.' Assim, ele declarou sua fé em Deus, que lhe restaurou a visão (Muslin, 39, p. 10).

A razão pela qual Jesus é mencionado no Corão deve-se à interpretação muçulmana de que ele teria sido o último dos profetas enviados por Deus, antes de Maomé, considerado por essa religião como sendo o mais importante dentre todos os profetas. Segundo o Corão e as *Sunas*, Maomé estava encarregado de "revelar a verdade total" de Deus à humanidade.

Em relação às doenças, especificamente, o Corão faz referências genéricas e nada indica em seus trechos serem elas consideradas como castigo ou pecado sexual. Nem tampouco aparecem afirmações de que os "fiéis" deveriam manter-se distanciados dos doentes. Ao contrário, os seguidores do Islamismo são exortados a cuidar dos enfermos, como aparece na passagem que segue:



Aqueles dedicados à causa do Islã devem outorgar suprema importância à vida e tratar de prevenir as guerras, encontrar remédios para as doenças, além de saber que ressuscitar espiritualmente alguém é mais importante que curar as doenças. *O Alcorão* declara: “Ó crentes! Obedeçam a Deus e ao Mensageiro, quando este vos convida ao que vos dá a vida” (8:24).

Foi possível perceber, ainda, que a interpretação do Corão em relação à sexualidade difere-se bastante da visão judaico-cristã, como exemplifica os seguintes versículos exaltando a importância do ato sexual:

Dentre seus benefícios está que ele ajuda a baixar o olhar, traz autocontrole, possibilita que a pessoa mantenha-se afastada de coisas pecaminosas, e proporciona todas essas coisas à mulher também. Ele traz benefícios ao homem neste mundo e no outro e beneficia a mulher também. Portanto, o Profeta (saaws) costumava desfrutar de relações íntimas regularmente com suas esposas, e disse, “No seu mundo, mulheres e perfume me agradam.” (Narrado por Ahmad, 3/128; al-Nasaa’i, 7/61; classificado como saheeh por al-Haakim). E o Profeta (saaws) disse: “Ó jovens, qualquer um dentre vós que tenham condições, que casem-se, pois isso o ajuda a baixar o olhar e protege sua castidade. E aqueles que não tenham condições, que jejuem, pois isso será uma proteção para eles.” (Narrado por al-Bukhaari, 9/92; Muslim, 1400) (Al-Tibb al-Nabawi, 251).

É interessante observar que a forma como a sexualidade feminina é descrita, originalmente no Corão, difere muito das versões muçulmanas que foram sendo construídas ao longo dos séculos e que se fazem presentes até hoje, as quais chegam até nós através das informações veiculadas pela *mídia*. Nestas, as muçulmanas são apresentadas como mulheres castradas, assexuadas, sem nenhum direito ao prazer. Embora isto realmente aconteça na atualidade, é importante e necessário informar que as práticas ignominiosas, de castração, à sexualidade feminina não se encontram originalmente prescritas no livro sagrado dos muçulmanos.

A ausência de descrições estigmatizantes no Corão pode explicar uma passagem da história no tempo das cruzadas, bastante interessante e que merece ser citada. Trata-se da saga do rei leproso, Balduíno III, filho de nobres europeus da dinastia franca da Síria. Balduíno nasceu em Jerusalém no ano de 1160 e foi coroado rei aos treze anos,



porém, sua doença havia sido diagnosticada na infância. No entanto, não foi exilado e ainda lutou contra os muçulmanos, enfrentando o exército de Saladino, saindo vitorioso. Acreditamos que Balduíno foi favorecido por ter nascido e vivido no Oriente, onde à ausência das práticas estigmatizantes e de isolamento voltadas para os leprosos não compunham os dogmas islâmicos. Contraditoriamente, Balduíno lutou como católico contra os muçulmanos, o que, na condição de leproso, não lhe teria sido permitido se ele vivesse no Ocidente.

A origem da atitude muçulmana quanto à lepra e aos leprosos não nos foi possível conhecer. No entanto, parece-nos que herdaram sua postura de seus ancestrais, como pode ser exemplificado através da história bíblica de Naamã. Capitão dos exércitos da Síria, Naamã não era, portanto de origem israelita. A Síria lutava contra o povo de Israel. Naamã era considerado um grande líder e, por isso, era bastante respeitado pelo rei da Síria e, entretanto, ele era leproso. Ouvindo falar do profeta Eliseu na cidade de Samaria, que poderia curá-lo de sua lepra, Naamã dirigiu-se até ele. Para Eliseu, a lepra era o pecado e a cura dela seria o equivalente ao perdão. Assim, Eliseu mandou dizer a Naamã para se banhar no Rio Jordão que ficaria “purificado”. Naamã quis recompensar Eliseu dando lhe dinheiro, que ele recusou, porém o seu criado Geazi pegou uma parte do dinheiro e Eliseu afirmou que a lepra de Naamã cairia sobre ele por esta razão, o que aconteceu, segundo a Bíblia (II Reis, 5:1-27 e 5:14).

A história de Naamã, também está descrita no *Novo Testamento* em Lucas 4:17. O evangelista afirma que muitas pessoas que sofriam de lepra em Israel na época de Elias permaneceram “impuras”, exceto Naamã. Queremos ressaltar aqui exatamente o significado e as implicações do texto hebraico em um contexto não judeu. Para enfatizar ainda mais esta questão, mencionaremos o caso de Azarias (2 Rs, 15:5), um rei judeu, cuja história encontra-se descrita do *Velho Testamento*. Consta que Azarias teve uma lesão *tsara'at* na testa, que se tornava vermelha e inchada. O texto indica que o “Senhor o feriu”, os sacerdotes viram a lesão na testa do rei aumentar diante dos seus olhos (2 Cr, 26:19). Os sacerdotes deram o diagnóstico de *tsara'at* e o rei foi isolado em uma



“casa separada” (o comentário de nota de rodapé afirma que era um lazarento), “até o dia de sua morte” (2 Cr, 26:21).

Tudo indica que os muçulmanos mantiveram em sua seita práticas similares de não exclusão e estigmatização aos leprosos, como haviam feito seus ancestrais em seu “paganismo” na Antiguidade. É digno de nota, ainda, o fato de que os médicos muçulmanos deram grande contribuição ao diagnóstico para a lepra, na Idade Média. Por volta do século XII, descobriram as placas de insensibilidade na pele e com a observação de casos e dos diversos sintomas a doença pôde ser compreendida e descrita de forma mais coerente pelos médicos da época (Beniác, *op cit.*, p. 130-131).

Os médicos medievais do Ocidente, no entanto, continuaram considerando a lepra uma doença decorrente de relações sexuais inapropriadas como, por exemplo, consumada durante a menstruação, período em que a mulher era considerada impura na tradição judaico-cristã. Isto estava descrito no tratado *O Lírio da Medicina*, escrito no ano de 1305, por Bernard de Gordon, professor em Montpellier.

O homem é leproso *ab útero* ou depois do nascimento *ab útero* porque é engendrado durante as menstruações ou porque é filho de leproso, ou porque um leproso conheceu uma mulher grávida, e então a criança será leprosa, a lepra advém destas graves deficiências de geração. Depois do nascimento, devido a um ar malévolos ou pestilento ou devido à ingestão de alimentos suspeitos (...) ou por se ter estado com leprosos (*apud Beniác, op. cit.*, p. 132).

A incidência de lepra na Europa, a partir do século XV passou a apresentar um grande decréscimo. Os historiadores não estabelecem consenso em suas explicações sobre o ocorrido. Muitos afirmam que a grande crise do século XIV e XV, como também a Peste Negra que assolaram o mundo medieval, foram, em parte, responsáveis pela eliminação dos leprosos. Segundo Rosen, dado sua debilidade física, em decorrência da moléstia, eram facilmente vitimados pela peste e pela fome (Rosen, 1994, p. 59-60). Outros autores afirmam ter sido, provavelmente, a melhoria das condições de higiene pelas quais as sociedades passaram a partir de então (Obregón *apud Maciel, op. cit.*, p. 190). Importa aqui destacar o quase desaparecimento da doença



no período em que na Europa teve início a época Moderna, situação que durou até os finais do século XVIII.

A lepra no século XIX – ressurgimento dos estigmas

No século XIX, a lepra ressurgiu na Europa e expandiu-se pela América do Norte, principalmente Estados Unidos e Canadá, causando verdadeiro terror em suas populações, “possivelmente por obra das expansões colonialistas do século” (*op cit.*, p. 12). O novo colonialismo, decorrente do processo da expansão do capitalismo imperialista, no século XIX, levou várias regiões da Ásia, África e Oceania, dentre outras, a serem invadidas por comerciantes e diplomatas ocidentais e pelas missões religiosas de católicos e protestantes. A visão que os dominadores tiveram e disseminaram, em relação aos colonizados e a tudo quanto lhes dizia respeito, foi de extrema negatividade. Os religiosos indignavam-se com tudo que encontravam e, principalmente, lançavam-lhes conotação moral desrespeitosa e, simultaneamente, apresentavam uma grande intolerância pelas suas práticas religiosas. Consideravam suas leis como tabus, sua religiosidade como paganismo e suas organizações familiares como depravadas.

Os missionários colonialistas do século XIX, da mesma forma que os Jesuítas que catequizaram os indígenas da América Latina, a partir do século XVI, tiveram percepção dos povos subjugados tendo como referência sua própria cultura e doutrinas religiosas. Para o que interessa nesta abordagem, mencionaremos apenas o caso do Havaí, local mais emblemático do ressurgimento das práticas de isolamento e estigmatização dos leprosos, ocorrido de forma muito similar aos contextos da Antiguidade e da Idade Média. No Havaí, por volta da década de 1850, foi inaugurada uma política sanitária contra os leprosos, reservando a ilha de Molokai como local para o isolamento, onde os doentes de lepra ou suspeitos de contaminação eram transferidos e lá eram deixados à própria sorte. Fundamentados nos conceitos científicos e religiosos, a associação entre lepra e sexualidade transgredida da tradição bíblica foi



retomada com toda força. A grande diferença é que lhes foram acrescentadas, dado o contexto cientificista e positivista da época, várias teorias “pseudo-científicas” e racistas, como as do evolucionismo biológico e da eugenia.

A medicina no século XIX, segundo Marc Ferro (1996), também serviu para acirrar as disputas entre as potências imperialistas. O objetivo da medicina colonialista, conforme o autor, era proteger a sociedade contra os agentes causadores das doenças, o que levou à grande rivalidade entre “os Institutos *Pausteur*, francês, e os *Lister Institutes* e outras instituições científicas que reeditavam as rivalidades imperialistas” (Ferro, *op. cit.*, p. 163-164). Os colonizadores, ou seja, as metrópoles, assim fundamentados, atribuíram o “ressurgimento” da lepra na Europa, durante o século XIX, como sendo exclusivamente de “responsabilidade” dos colonizados. No mesmo período, apareceu o conceito de doença tropical, o qual foi atribuído à lepra. No entanto, é necessário lembrar que a descoberta do bacilo causador da lepra deu-se na Europa, mais precisamente na Noruega, país onde por sinal, até o final do século XIX, a lepra era considerada doença endêmica.⁴

A citação acima também exemplifica o quanto é inapropriada a categorização da lepra como doença tropical. Trata-se, na verdade, de mais um dos preconceitos lançados aos povos colonizados no período do capitalismo imperialista. Para Erwin Ackerknecht “Por medicina tropical devia-se entender realmente medicina colonial, ou seja, aquele ramo da medicina voltado às doenças que, em sua maior parte, não eram tropicais *per se*, mas surgiam como prevaletentes nas colônias tropicais, as quais, portanto, se revestiam de grande interesse para as potências coloniais” (*apud* Tronca, 2000, p. 40). A respeito disto, recorreremos novamente a Ferro que diz:

Em 1905, observou-se que não existiam doenças tropicais em si, algumas delas, ou definidas como tais, surgiram igualmente nas regiões temperadas, a lepra, por exemplo;... em suma, se trataria de doenças, quicá de epidemias, da pobreza – que só atacavam os indivíduos vulneráveis (*op. cit.*, p. 164).

⁴ A descoberta do agente etiológico da lepra ocorreu em 1873 pelo norueguês Gerhard H. A. Hansen.



Zachary Gussow afirma que um grande número de asiáticos, especialmente indianos e chineses, que se dirigiam à Austrália, ao Havaí e aos Estados Unidos, juntamente com outros asiáticos e negros, eram imediatamente identificados como população prevalentemente leprosa e, assim, sofriam perseguições e deportações (*apud* Tronca, *op. cit.*, p. 39). Sendo assim, relações de poder foram estabelecidas entre Estado imperialista e colonialista, religiões e ciência. Dessas relações, ressurgiram a prática de isolamento dos leprosos em novo contexto histórico. Dentre todos os agentes de poder, aqueles que ocupavam os órgãos relacionados à saúde tentaram suplantar os outros poderes, através da autoridade científica, “só especialistas podem lutar contra os personagens [os vírus e micróbios], identificá-los” (Ferro, *op. cit.*, p. 163). No novo colonialismo os hospitais substituíram o papel do quartel e da igreja.

A primeira missão religiosa na Polinésia, no século XIX, foi realizada por protestantes e constitui-se de dois professores, um impressor e um agricultor, todos com mulher e filhos, fixaram-se nas ilhas Havaí, Oahu e Cauí, em 1820. Mais tarde, seguiram-se outros missionários protestantes. Os católicos deram início às missões na região em 1827. A primeira missão aconteceu a pedido da Congregação da Propaganda em Roma. Houve bastante resistência por parte dos protestantes em relação à presença de católicos nas ilhas, principalmente devido ao apoio que os protestantes receberam da rainha *Caahumanu*, que se convertera ao protestantismo (Debroy, 1994, p. 20). Somente em 1839 o capitão de um navio francês conseguiu o direito de permanência para os missionários católicos sob ameaça de seus canhões. Conseguiram licença também para a construção de uma igreja católica em Honolulu e a libertação dos católicos perseguidos, bem como liberdade de ação para os padres católicos.

A realidade dos leprosos no Havaí está descrita minuciosamente na obra de Steven Debroy, *Nós, os leprosos* (2003). É a descrição da experiência de um missionário, o padre Damião, que, em 1863, ofereceu-se para viver junto aos leprosos por algum tempo, o que foi aceito prontamente pelas autoridades eclesiásticas e governamentais. O livro descreve minuciosamente a vida dos leprosos na ilha, a



maneira como era administrado o leprosário, as ações dos missionários católicos e protestantes.

Damião, em suas anotações, escreveu que, pouco antes de embarcar para a ilha Molokai, que seu superior Dom Maigrett contou-lhe tudo o que sabia a respeito da direção do leprosário, que o Comitê de Saúde de Honolulu, instituído pelo governo metropolitano, confiou a responsabilidade pelo centro de internação de leprosos a um alemão protestante, que habitava em Molokai como proprietário de terras, porém, fora da área em que residiam os leprosos, muito distante da parte do leprosário. Seu título para o cargo era de superintendente. Havia, no entanto, uma autoridade responsável junto aos leprosos, um superintendente adjunto que era auxiliado por maridos saudáveis de mulheres doentes. O segundo superintendente teria que ser leproso.

O padre Damião surpreendeu-se com a quantidade de leprosos e com o desembarque dos “exilados” que chegavam à ilha com visível desespero, enquanto em redor deles se gritava e se chorava. Parecia-lhe que ninguém se preocupava com os doentes recém-chegados. Após o desembarque, Damião e os doentes, foram transportados em caminhão até uma aldeia chamada Calawao que ficava a uma hora de distância do porto. Lá habitava a maioria dos leprosos, na cratera apagada de um vulcão. “Descem então por um declive calvo, guarnecido cá e lá com alguns arbustos baixos e raquíticos, muita erva daninha e pedras, até atingirem a capela, situada quase no extremo, onde o mar e as montanhas se encontram e cerram o centro de internamento” (Debroey, 2003, p. 60).

Segundo Damião, não havia moradia disponibilizada para ele, o que o obrigou a dormir, temporariamente, sob a copa de uma árvore nativa. Relata que os leprosos acolheram-no de maneira festiva, com sua saudação cordial “Aloha”! E ainda ofereceram-lhe da pouca comida que tinham e de sua água, muito suja, porém, a única de que dispunham para beber.

A questão da moradia em Molokai, contudo, não era problema apenas para Damião, segundo ele: “Uma cabana de estacas e ervas seca já parece um luxo para os pobres coitados que nela coabitam em grupo, sejam parentes entre si ou não, sem



distinção de sexo ou idade. Muitos moram sob o céu estrelado...” (*apud* Debroey, 2003, p. 62). Para construir sua casa, a igreja e albergues para os doentes terminais, ele contava com a sua própria força e dos doentes. As autoridades governamentais e eclesiásticas não disponibilizavam ninguém para trabalhar na ilha. Além dos internos, as únicas pessoas que lá habitavam e trabalhavam eram os parentes saudáveis daqueles e, eventualmente, algum médico em jornada de estudos ou que, compadecendo da situação dos leprosos, permanecia por algum tempo entre eles. Merece aqui uma menção a Adolpho Lutz, o médico brasileiro que habitou alguns anos na ilha com sua esposa que era enfermeira, com o objetivo de estudar a doença e descobrir-lhe tratamentos e a cura.

Em relação aos ajudantes, o padre faz uma denúncia estarrecedora. Segundo ele, muitos dos que foram aceitos, em época anterior à sua chegada na ilha, continuavam saudáveis e, no entanto, era-lhes proibido deixarem o leprosário e, pior que isto, eles não tinham nenhum direito a assistência. A situação descrita é desesperadora, segundo o autor, os leprosos viviam como se fossem “cadáveres ambulantes”, pois, além das chagas por todo o corpo, estavam sempre cobertos por vermes, moscas, piolhos e pulgas, sendo que os que estavam em estado de extrema debilidade física nem sequer conseguiam abanar-se para espantar as moscas. Fora isto, o mau cheiro, segundo ele, era insuportável. Descreve que não havia um dia sequer sem que ocorressem falecimentos.

Segundo a declaração de um médico, que viveu naquele leprosário de 1884 até 1888, a situação dos exilados era como se eles tivessem sido amontoados como animais naquele local desolado, sendo que ninguém se preocupava com eles, que mais nada eles tinham a esperar senão a morte iminente, segundo as próprias palavras do Dr. Moutitz,

O governo lhes dá alimento que, às vezes, já está deteriorado e, todos os anos, um pouco de dinheiro que nunca basta para comprar o estritamente necessário, em matéria de vestuário e utensílios domésticos. (...) nem sequer tem médico para lhes tratar as feridas. Há um só remédio para eles esquecerem: a bebida embriagante. Encontram facilmente plantas chamadas “*qui*”, cujas raízes fervidas e fermentadas fornecem-lhes a tão desejada bebida (*apud* Debroey, 2003, p. 63).



Diferente é a visão de Damião a esse respeito, ou seja, despertado em uma noite pelo som de um instrumento musical, estranho aos seus ouvidos, ele levantou-se e foi ver o que ocorria e “*presencia uma cena horrorosa. Homens e mulheres, algumas das quais completamente nuas, em profunda embriaguez, executam danças selvagens em honra à deusa Laca. Aqui já não há lei!*” (apud Debroy, *idem*; grifo nosso). O padre, indignado, considerou “baixeza” aquele ritual, como foi mencionado anteriormente, era a visão preconceituosa e eurocêntrica do colonizador missionário. A partir daquele momento, o padre destruía com um pedaço de pau os vasilhames que continham a bebida dos leprosos e, ainda, proibia-lhes as suas danças, por sinal, o único consolo que possuíam. Segundo Debroy, Damião queria transformar os seres “bestializados em verdadeiros seres humanos” (*idem*).

Uma grande preocupação de Damião é em relação às crianças. Segundo ele, era preciso cuidar para que suas “almas não se tornassem leprosas”. Para ele, o contato com a vida dos adultos leprosos e suas organizações maritais e familiares era um perigo maior que a própria lepra. Por isso, ele considera que sua missão maior era espiritual e não os cuidados específicos com os efeitos físicos da moléstia.

Na obra, Debroy discorre sobre uma longa querela entre Damião e outro padre, que, por ter contraído a lepra, foi levado para Molokai. Tratava-se de um padre que estudou e exerceu a medicina longo tempo sem ter, entretanto, finalizado o curso. O seu grande desejo era cuidar dos enfermos de lepra naquela ilha. Porém, o padre Damião recorreu a todas as autoridades desde aos seus superiores hierárquicos quanto ao presidente da Comissão de Saúde de Honolulu, protestante, até a rainha havaiana, para impedir que padre André exercesse a medicina com os leprosos. Segundo Damião, “... faltava-lhe o autêntico espírito religioso. Isto porque ele se preocupa mais em aliviar os sofrimentos físicos dos doentes. Atrai-o mais o estudo dessa doença horrorosa do que dedicar-se à missão espiritual” (Debroy, 2003, p. 86).

A missão espiritual em relação aos leprosos seria converter os “pagãos” ao catolicismo batizando-lhes, ouvir-lhes as confissões de seus “pecados” e aplicar-lhes os sacramentos. Muitos dos preconceitos direcionados aos leprosos estão relacionados aos



próprios sacramentos que a Igreja Católica apresenta como estruturações da vida dos cristãos. A constituição desses sacramentos foi referendada nas passagens da *Bíblia*. Trata-se dos dogmas religiosos que foram definidos pelo concílio de Trento. Em relação ao assunto aqui analisado, deve ser enfatizado o quarto sacramento – o da confissão – por meio do qual são perdoados os pecados cometidos pelo fiel, após o batismo, e dos quais ele se arrependa. Em relação ao mundo natural, significa o erro e a reconciliação. Merece destaque o último sacramento que é a ordem e a unção dos enfermos.

Os missionários não aceitavam o fato dos havaianos casarem-se todas as vezes que se apaixonavam, mantendo os cônjuges anteriores. Ou, ainda, dos homens casados tomarem para si concubinas. Na opinião dos religiosos, tratava-se de costumes “selvagens”, os quais recrudesciam com a doença, cuja uma de suas características era aumentar a libido sexual de seus portadores. Visão, por sinal, herdada dos estigmas religiosos da Antiguidade e Idade Média que associavam a lepra à depravação sexual.

Conclusão

Pode-se argumentar que atualmente esses estigmas aos leprosos não procedem, uma vez que hoje a lepra é doença tratável e curável e que o próprio termo lepra foi substituído por hanseníase. Porém, a presente análise não corrobora esta ideia, uma vez que o nome hanseníase, por si só, carrega consigo todos os estigmas sofridos pelos leprosos antes e depois da descoberta do bacilo causador da moléstia. Em segundo lugar, a mudança de terminologia, algo imposto de cima para baixo, pela Organização Mundial de Saúde na década de 1970, e, como foi referido anteriormente, no Brasil tornou-se obrigatória em 1995, não foi capaz de transformar todo um contexto estigmatizante que envolve a doença e que se originou há milênios. Prova disso é o temor que as pessoas sob suspeita da doença sentem, principalmente o medo da discriminação.

Os estigmas lançados aos leprosos e à lepra criaram raízes profundas no Ocidente ou em regiões outras que foram por ele colonizadas. Todo o processo de abjeção e isolamento compulsório lançado aos leprosos, seja por preceitos religiosos ou



científicos, não podem ser julgados ou condenados, precisam ser considerados nos contextos em que se produziram. Somente assim é possível entender por que as diversas sociedades, das mais diferentes épocas e regiões, absorveram e reproduziram os estigmas aos leprosos.

Compreender o passado vivido pelos abjetos é também enfrentar situações similares no presente, no sentido de combatê-las. Sem desejarmos, aqui, cair em pragmatismos históricos, queremos comparar a estigmatização sofrida pelos leprosos no passado com o caso que lhes é similarmente mais próximo na atualidade, qual seja, dos estigmas lançados aos aidéticos. É bom lembrar sempre que, há poucas décadas atrás, mais precisamente 1980, eles – os aidéticos – foram vítimas dos mesmos preconceitos e estigmas sofridos pelos leprosos. A grande maioria da população, principalmente os “devotos”, independentemente de credo, consideravam, e muitos ainda consideram, a AIDS como sendo a “doença” dos *gays*, o que em outras palavras queria dizer: “castigo de Deus aos depravados”. Os aidéticos também foram vistos com horror, foram rechaçados, isolados, muito lhes foi “proibido”, foram e são alvos de preconceitos de toda ordem. Também eles foram tidos como “pecadores”, “libertinos”, “depravados”, “*imundos*”, “castigados”.

Leprosos e portadores do vírus da AIDS, qualquer semelhança não é mera coincidência, a verossimilhança tem sua base fundamentada nas noções religiosas.

Referências

CORÃO. Disponível em: www.slamhouse.com

BENIÁC, Françoise. “O medo da lepra”. In: LE GOFF, Jacques (Org). *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1994.

BÍBLIA SAGRADA. 4ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

BRAGA, José Carlos de Souza; PAULA, Sérgio Góes de. *Saúde e previdência: estudos de política social*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

BROWNE, George Stanley. *Lepre na Bíblia: estigma e realidade*. Viçosa: Ultimato, 2003.



- CHEVITARESE, André Leonardo. “Judaísmo e Helenismo. Reflexões em torno de Daniel 9, 1-19”. In: DIMENSÕES. Revista de História da UFES. Nº 16, Vitória, 2004.
- CHUORAQUI, A. *Os homens da Bíblia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- CUNHA, Ana Zoe Shilling da. “Hanseníase: aspectos da evolução do diagnóstico, tratamento e controle”. In: Revista Ciência & Saúde Coletiva. Vol. 7, nº 2, Rio de Janeiro, 2002.
- DEBROEY, Steven. *Nós os leprosos*. São Paulo: Loyola, 1994.
- FARRELL, Janette. *A assustadora história das epidemias*. São Paulo: Ediouro, 2003.
- FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências – séculos XIII a XX*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- FORNAZARI, Sandro Kobol; MATTOS, Débora Michelis. “A lepra no Brasil: representações e práticas de poder”. In: Cadernos de ética e filosofia política, 6, 2005. p. 45-57.
- GUIMARÃES, Reinaldo (org.). *Saúde e medicina no Brasil: contribuição para um debate*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Lisboa: Imprensa Universitária, 1984.
- _____. *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1994.
- MACIEL, Laurinda Rosa. “A construção social da lepra na Colômbia”. In: História, Ciência e Saúde. Revista Manguinhos. Vol. 1(1); 189:193, Rio de Janeiro, jan/abr. 2004.
- MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1995.
- MARTINS, Antônio Magalhães. *Do outro lado da fronteira*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.
- MATTOS, Débora Michels *et alli*. “A lepra no Brasil: representações e práticas de poder”. In: Cadernos de Ética e Filosofia Política. Vol. 6, 2005.
- MOLLOT, M. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP; Rio de Janeiro: ABPSC, 1994.
- ROTBERG, Abrahão. “O pejorativo ‘lepra’ e a grande vítima de grave erro médico-social-histórico: a indefesa América Latina”. Revista de História. Vol. LI, nº 101, ano XXVI, São Paulo, jan/mar. 1975.



Plurais

Virtual

Universidade Estadual de Goiás

Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis

SCHIMITT, Jean-Claude. “A história dos marginais”. *In*: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SPOSATI, Aldaíza de O.; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sônia M. T. *O direito dos (dês)assistidos sociais*. São Paulo: Cortez, 1989.

TRONCA, Ítalo. *As máscaras do medo: lepra e AIDS*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2000.